

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021**

## **1 – CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

A Câmara Municipal Vereadores de Braço do Trombudo – SC, inscrita no CNPJ sob nº 95.952.255.0001-60, domiciliada a Praça da Independência, 25 centro é uma administração pública direta e é constituída por nove vereadores, que são os representantes da vontade popular deste município.

No decorrer do ano de 2021, o Poder Legislativo contou com um gestor, sendo o vereador Mauricio Soares.

As demonstrações que serão apresentadas abrangerão somente o legislativo municipal, e, portanto, não engloba às demais áreas e entidades da Administração Municipal.

## **2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do exercício de 2021, foram elaboradas observando-se a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade e demais disposições.

Os registros contábeis foram executados através do Sistema de contabilidade – SAPO informatizado, da empresa Betha Sistemas Ltda.

Para as transferências recebidas do Executivo, por meio de duodécimos, adotou-se o regime de caixa. Para as despesas empenhadas, liquidadas e pagas o regime utilizado foi o da competência.

Durante este período, foram realizadas provisões de 13º salário e do terço constitucional de férias. Das provisões a que se refere ao 13º salário é zerada no ato do pagamento, e as férias apresentam saldo no final do exercício devido aos períodos aquisitivos.

As depreciações dos bens cadastrados no patrimônio da Câmara Municipal estão sendo registradas pela contabilidade no regime de competência.

### **2.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12**

O Balanço Orçamentário está previsto no artigo 102, da Lei Federal nº 4320/1964, e esta contido no Anexo 12. Ele demonstra as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento anual. Considerando que o Poder Legislativo não possui receitas o valor é igual a zero, compensadas pelo recebimento das transferências do duodécimo previsto de R\$ 1.075.793,03 e recebidas de R\$ 1.075.793,03 .

O total da despesa fixada para o período de 2021, do legislativo de Braço do Trombudo – SC, foi de R\$ 1.075.793,03 (valor do orçamento). O que equivale a aproximadamente 7% da base de cálculo de apuração definida no artigo 29-A da Constituição Federal.

O total das despesas empenhadas (820.458,93) liquidadas e pagas (820.458,93) no exercício financeiro. O que proporcionou uma economia de R\$ 255.334,10 (valor este devolvido à prefeitura, exceto os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ (5.745,61), equivalendo ao percentual de aproximadamente 24,27% do orçamento do Poder Legislativo).

Portanto, a Câmara Municipal de Braço do Trombudo, apresentou um saldo de dotação, no valor de R\$ 255.334,10.

## **2.2 – BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13**

O Balanço Financeiro está previsto no artigo 103, da Lei Federal nº 4.320/1964, e esta contido no Anexo 13. Nele que são especificados os ingressos de receitas e os gastos com despesas, tanto orçamentário quanto extra orçamentário.

A Câmara Municipal possui apenas transferência financeira recebida (duodécimo), que está demonstrada no valor total orçado e recebido da Prefeitura Municipal em R\$ 1.075.793,03. O valor evidenciado na transferência financeiras concedidas de R\$ 261.079,81 e o saldo do duodécimo recebido e não utilizado devolvido ao Executivo no final do exercício.

Os valores descritos em receitas e despesas extra orçamentárias, no valor de R\$ 93.716,86 referem-se a descontos previdenciários, tributários, consignações e rendimentos de aplicações financeiras, incidentes sobre folha de pagamento, retenções sobre prestações de serviço, etc, ou seja, os valores restituíveis e os respectivos pagamentos. Totalizando os ingressos e dispêndios do exercício em R\$ 1.169.509,89.

## **2.3 – BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14**

O Balanço Patrimonial está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/1964, e esta contido no Anexo 14 que evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Câmara. A entidade não possui saldo em caixa e não possui restos a pagar. O valor constante no Ativo não Circulante R\$ 184.798,77 refere-se aos bens permanentes registrados pela contabilidade, de acordo com o sistema de controle de patrimônio, descontadas as depreciações, exaustões e amortizações.

O Passivo Circulante possui um saldo de obrigações a pagar (R\$ 15.823,40) que são os valores das provisões de férias a pagar para o exercício seguinte.

O Patrimônio Líquido está composto do Patrimônio Social e Capital Social no valor de R\$ 45.062,99 mais os Resultados Acumulados de R\$ 123.912,38 que é a soma do Resultado do exercício atual de R\$ 168.975,37.

No Ativo Permanente estão descritos os valores líquidos do Imobilizado da Entidade e no Passivo Permanente as obrigações trabalhistas e previdenciárias (saldo das provisões de férias), resultando no Saldo Patrimonial positivo de R\$ 168.975,37.

O sistema de Compensações não apresentou saldo no final do exercício.

## **2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Anexo 15**

A Demonstração das Variações Patrimoniais está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/2015, no Anexo 15 que evidencia as alterações no patrimônio, ocorridas durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária e que apura o resultado patrimonial.

A Câmara Municipal apresentou no final do exercício o valor de R\$ 1.118.957,32 nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's, compostas do valor recebido por transferência (duodécimo) de R\$ 1.075.793,03, e do valor das reversões das provisões pelo pagamento de 13º salário, férias e encargos no valor de R\$ 100.543,42.

O valor constante no quadro das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's é de R\$ 1.117.331,66. Deste valor 45,59% referem-se aos gastos com pessoal, subsídios, vencimentos e remunerações, dos vereadores e dos servidores; 9,0 % com encargos patronais; 2,99 % com aposentadorias; 17,08 % com uso dos bens, serviços e consumo de capital fixo (materiais de consumo e de distribuição gratuita, diárias, prestação de

serviços e depreciações); e 25,34 % com as transferências e delegações concedidas, devolução do saldo para a Prefeitura e as contribuições a UCAVI e a UVESC. (*utilizado como base o valor total das VPD's para cálculo dos percentuais*). O Resultado Patrimonial do exercício (VPA – VPD) resultou em R\$ 1.625,66, que passou a compor os Resultados Acumulados do Patrimônio Líquido.

## **2.5 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA – Anexo 16**

O Poder Legislativo não constitui Dívidas Fundadas, sem dados à informar.

## **2.6 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE – Anexo 17**

A Demonstração da Dívida Flutuante está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/2015, no Anexo 17 que evidencia as dívidas de curto prazo como restos à pagar e depósitos.

No exercício não houve movimentação para restos à pagar nem apresentou saldo do exercício anterior e consequentemente nenhum saldo para o exercício seguinte. Já para os Depósitos ocorreu movimentação de inscrição e baixa, porém não há saldo de exercício anterior e nem saldo para o exercício seguinte, conforme segue:

O valor total de R\$ 93.716,86 de depósitos distribuídos entre Consignações, Contribuições, Tributos e Rendimentos de Aplicações Financeiras incidentes sobre folha de pagamento, retenções sobre prestações de serviço, etc.. ou seja, os valores restituíveis retidos e os respectivos pagamentos ocorreram dentro do exercício não apresentando saldo para 2022.

## **2.7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Anexo 18**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está prevista no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional e permite análise da capacidade do ente em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Para 2021 a Câmara realizou as seguintes movimentações:

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais houveram ingressos totais de R\$ 1.190.130,57, referente duodécimo recebido da Prefeitura, rendimentos de aplicações financeiras, despesa extra orçamentária; e Desembolsos totais de R\$ 1.166.858,57 sendo R\$ 769.346,93 com pessoal e demais despesas, R\$ 27.840,00 com transferências e R\$ 369.671,64 de outros desembolsos operacionais, resultando num saldo de caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 23.272,00. Para os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos foram desembolsados com aquisição de bens permanentes o valor de R\$ 23.272,00.

Já para os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento não houve desembolso e o resultado da Apuração do Fluxo de Caixa do Período é igual a zero não havendo saldo de Caixa ou Equivalente de Caixa Inicial e Final.

## **2.8 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO – Anexo 19**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido está prevista no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro

Nacional e demonstrará a evolução do Patrimônio Líquido da entidade. Para 2021 a Câmara demonstrou um saldo inicial de R\$ 45.062,99 no Patrimônio Social/Capital Social e resultados acumulados de exercícios anteriores de R\$ 122.286,72; Em 2021 o resultado do exercício foi de R\$ 1.625,00, visto que as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA foram maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, resultando no total de R\$ 168.975,37 para o Patrimônio Líquido da Entidade em 31/12/2021.

É o relatório, Braço do Trombudo, em 31 de dezembro de 2021.

---

**MAURICIO SOARES**  
Presidente  
Exercício de 2021

---

**DAIANA WEBER CENSI**  
Contadora  
CRC 026415/O7